

A. I. Nº - 232535.0001/15-0
AUTUADO - F A COMÉRCIO DE CALÇADOS EIRELI EPP
AUTUANTE - LUIZ GONZAGA DA SILVEIRA JÚNIOR
ORIGEM - INFAZ VAREJO
PUBLICAÇÃO - INTERNET 10.11.2015

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0181-02/15

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA E PARCIAL AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS PARA COMERCIALIZAÇÃO. CONTRIBUINTE OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL. INFRAÇÃO 1. FALTA DE PAGAMENTO ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA, Art. 34, III, da Lei nº 7.014/96, C/C COM O Art. 289 §1º do Decreto nº 13.780/12. INFRAÇÃO RECONHECIDA. INFRAÇÃO 2. FALTA DE RECOLHIMENTO ANTECIPAÇÃO PARCIAL. A antecipação parcial é prevista no art. 12A da Lei 7.014/96, C/C 321, inciso VII, alínea "B" do Decreto 13.780/12 Comprovado pelo sujeito passivo que um dos valores do levantamento já havia sido recolhido, resultando na diminuição do débito, conforme novas planilhas acostadas à informação fiscal e não contestadas pelo sujeito passivo. 3. RECOLHIMENTO A MENOS ANTECIPAÇÃO PARCIAL. PREVIÃO LEGAL Art. 12A da Lei 7.014/96, C/C 321, Inciso VII, Alínea "B" do Decreto 13.780/12. INFRAÇÃO RECONHECIDA. Infrações parcialmente elididas. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 12/06/15, refere-se à cobrança de ICMS no valor de R\$230.630,03, pela constatação das seguintes irregularidades:

INFRAÇÃO 01 - 07.21.01 - "Deixou de efetuar o recolhimento do ICMS por antecipação ou substituição tributária, na condição de empresa optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional referente a aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado", Valor de R\$214.630,44. Multa proposta de 60%.

INFRAÇÃO 02 - 07.21.03 - "Deixou de efetuar o recolhimento do ICMS antecipação parcial, na condição de empresa optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional referente a aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado". Valor de R\$15.994,11. Multa proposta de 60%.

INFRAÇÃO 03 - 07.21.04 - "Efetuou o recolhimento a menor do ICMS antecipação parcial, na condição de empresa optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional referente a aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado". Valor de R\$ 5,48. Multa proposta de 60%.

O sujeito passivo apresenta impugnação ao lançamento, nas folhas .501/504, afirmando que a infração 2, foi quitada em parte no valor R\$ 1.120,48, conforme DAE(fl., 501), datado de 26/01/2015, informa também que as notas fiscais associadas ao DAE em questão, conferem com as notas fiscais do auto de infração.

O sujeito passivo reconhece os demais débitos do auto de infração, totalizando em valor histórico de R\$229.356,42, sendo composto da seguinte forma: Infração 1 R\$214.630,44, Infração 2 - R\$14.720,50 e infração 3- de R\$5,48.

O autuante ao prestar informação fiscal, às fls. 506 a 508, diz que a autuada, em sua defesa às fls. 500, contesta, em parte, a infração 2 do Auto de Infração, alegando que o ICMS antecipação parcial, pertinente à data de ocorrência de 31/12/2014, vencimento em 25/01/2015, no valor histórico de R\$1.273,61 (hum mil, duzentos e setenta e três reais, sessenta e um centavos), foi quitado em 26/01/2015, conforme comprovante de pagamento por ela anexado.

Declara que após análise e verificações, constatou que o valor do ICMS antecipação parcial, referente às notas fiscais de n°s 4558, 100162, 3101, 209461, 100759 e 101041, consoante Demonstrativo de fls. 27, já tinha sido anteriormente recolhido pela autuada, em data de 26/01/2015, conforme comprovantes de fls. 501 e 502.

O autuante acolhe os argumentos da autuada, e por conseguinte, pede a exclusão do ICMS antecipação parcial de R\$1.273,61 (hum mil, duzentos e setenta e três reais, sessenta e um centavos), relativo à data de ocorrência 31/12/2014, alterando, assim, o valor total da referida Infração para R\$ 14.720,50 (quatorze mil, setecentos e vinte reais e cinquenta centavos).

No final, acosta aos autos demonstrativos contendo valores remanescentes da autuação, computando a devida comprovação dos pagamentos referente à infração 2.

Em 21/08/2015 o sujeito passivo foi cientificado da informação fiscal elaborada pelo autuante, não se manifestando.

VOTO

Em sede preliminar, constato que o presente processo está revestido das formalidades exigidas pelo RPAF/99, tendo o imposto, a respectiva base de cálculo e a multa apurados com base na legislação tributária vigente, inclusive, com a identificação do sujeito passivo quanto ao nome, endereço e qualificação fiscal, além da indicação dos dispositivos infringidos.

Analisando a arguição do sujeito passivo, em sua peça impugnatória verifica-se a concordância quanto às imputações das infrações 1 e 3.

Em relação à infração 02, a autuada contestou parcialmente o lançamento, tendo declarado que o valor do ICMS antecipação parcial, referente notas fiscais de n°s 4558, 100162, 3101, 209461, 100759 e 101041, constantes do demonstrativo de fls. 27, tinham sido recolhidas em 26/01/2015, conforme DAE anexo. Assim, com a anuência do autuante, que concordou com as alegações defensivas, restou comprovado que realmente houve o pagamento do ICMS das notas fiscais informadas pelo sujeito passivo, mês de dezembro de 2014, no valor de R\$1.273,61, ficando um saldo remanescente no valor R\$14.720,50.

Noto que a autuada ingressou com pedido de parcelamento em 10/07/2015, oportunidade em que reconheceu integralmente o débito lançado relativo à infração em 1 e 3 e parte da infração 2, conforme se pode depreender da leitura do parcelamento às folhas 514/515, com data de 10/07/2015.

Do exposto, o ICMS devido segue nos valores abaixo discriminados.

INFRAÇÃO	JULGAMENTO	ICMS DEVIDO (R\$)
01	CARACTERIZADA	214.630,44
02	PROCEDENTE EM PARTE	14.720,50
03	CARACTERIZADA	5,48

Constatei, ainda, que no item 35 do relatório "DETALHES DE PAGAMENTO PAF" (fl. 517), existe um equívoco de lançamento no parcelamento, já que o valor correto deveria ser R\$1.074,85 e não R\$1.273,61. Para efeito de regularização a SAT/DARC/GCRED deverá proceder a devida retificação dos valores lançados.

Portanto, voto pela **PROCEDÊNCIA PARCIAL** do presente Auto de Infração nos valores acima mencionados no demonstrativo acima especificado.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **232535.0001/15-0**, lavrado contra **F A COMÉRCIO DE CALÇADOS EIRELI-EPP**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$229.356,42**, acrescido da multa de 60%, prevista no Art. 42, II, "d", da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala de Sessões do CONSEF, 19 de outubro de 2015.

ANTONIO CESAR DANTAS OLIVEIRA - PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

MAURÍCIO SOUZA PASSOS - RELATOR

OLEGÁRIO MIGUEZ GONZALEZ - JULGADOR